

PROCEDIMENTO N.º P04/CPrévia/AMT/2024
Consulta Prévia

Aquisição de Serviços de produção de evento, *streaming* e audiovisuais para a Conferência “Mobilidade Integrada – Eixo Beira Interior”, a decorrer nos dias 17 e 18 de setembro, no Auditório do Teatro Municipal, na cidade da Guarda

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Exmos. Senhores,

A Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), através do Despacho do Sr. Diretor da Direção Administrativa e Financeira, Dr. Paulo Jara, datado de 29/08/2024, ao abrigo dos poderes que lhe estão subdelegados, nos termos do ponto i) da subalínea b1) do número 24.1 da delegação de poderes em vigor, publicada através da Deliberação n.º 633/2024, em Diário da República, 2.ª Série, n.º 90 de 9 de maio de 2024, vem convidar V. Exas., no âmbito da presente consulta prévia a 3 (três) entidades, à apresentação de uma proposta para a Aquisição de Serviços de produção de evento, streaming e audiovisuais para a Conferência “Mobilidade Integrada – Eixo Beira Interior” a decorrer nos dias 17 e 18 de setembro, no Auditório do Teatro Municipal, na cidade da Guarda, com vista à respetiva adjudicação, a qual será executada de acordo com o Caderno de Encargos.

O procedimento pré-contratual adotado é a consulta prévia, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, que seguirá a disciplina dos artigos 112.º a 125.º do CCP, sem fase de negociação de propostas.

O tipo de procedimento adotado justifica-se face ao valor do contrato a celebrar, que será inferior ao limiar definido na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

Para o efeito, a apresentação da proposta deverá obedecer ao seguinte procedimento:

1. CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1.1. PRAZO E MODO DE ENTREGA

1.1.1. As propostas devem ser apresentadas, através da plataforma eletrónica de contratação pública em uso pela AMT, com o endereço www.acingov.pt até às 23h59m59s do dia 04/09/2024.

1.1.2. Cada concorrente apenas poderá apresentar uma única proposta.

- 1.1.3.** Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, mediante comunicação à AMT através da plataforma eletrónica supra indicada.
- 1.1.4.** O exercício da faculdade prevista no ponto anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo, nos termos do n.º 2 do artigo 137.º do CCP.
- 1.1.5.** A apresentação das propostas deve obedecer aos termos definidos no CCP e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 1.1.6.** As entidades convidadas são obrigadas a manter as propostas apresentadas por um período não inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação da mesma.
- 1.1.7.** Todos os documentos enviados para a plataforma indicada no ponto 1.1.1, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- 1.1.8.** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter juntamente com a proposta um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

1.2. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

- 1.2.1.** A proposta deverá ser instruída com os seguintes documentos, de apresentação obrigatória:
- a)** Declaração de aceitação do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, nos termos do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 57.º do CCP;
 - b)** Documento que contenha o atributo da proposta, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP: indicação do valor global (sem IVA, expresso em algarismos e por extenso, devendo ainda mencionar expressamente, desde que aplicável, que ao referido preço acresce o IVA,

com indicação da taxa aplicável) enquanto único aspeto da execução do objeto do contrato a celebrar submetido à concorrência, de acordo com o qual o concorrente se dispõe a contratar.

1.2.2. A não apresentação de algum dos documentos descritos no ponto anterior determina a exclusão liminar da proposta apresentada.

1.2.3. Sem prejuízo do acima exposto, integra também a proposta quaisquer outros documentos que contenham atributos da proposta, de acordo com os quais a entidade convidada se dispõe a contratar e que esta os apresente por considerar que aqueles documentos são indispensáveis para o referido efeito, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do CCP.

1.2.4. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pela entidade convidada, nos termos do artigo 66.º do CCP.

1.3. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

1.4. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS POR AGRUPAMENTOS

1.4.1. Pode apresentar proposta um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, desde que um dos seus membros tenha sido a entidade convidada no presente procedimento de consulta prévia.

1.4.2. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, devem ser cumpridas as normas em vigor no CCP quanto a esta modalidade jurídica.

1.4.3. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, devem associar-se obrigatoriamente na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária.

2. JÚRI

2.1. O presente procedimento é dirigido por um júri, constituído por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes.

2.2. O júri designado inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio dos anúncios para publicação.

2.3. Compete ao júri, nomeadamente:

- a) Proceder à apreciação das propostas;
- b) Elaborar os relatórios de análise e de avaliação das propostas.

3. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS

3.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento podem ser solicitados pelos concorrentes e devem ser prestados, nos termos do presente convite.

3.2. Os referidos pedidos de esclarecimentos deverão ser solicitados através da plataforma eletrónica identificada no ponto 1.1.1. supra, para o júri, ao abrigo das competências que lhe estão delegadas, de acordo com o disposto no ponto 2.3. supra, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 50.º do CCP.

3.3. Todos os esclarecimentos serão prestados através da plataforma eletrónica acima identificada, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.

3.4. Ao que não esteja expressamente regulado no presente ponto, aplicar-se-á o regime jurídico constante do artigo 50.º e do artigo 64.º, ambos do CCP.

4. ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

4.1. Deve ser apresentada, pelos concorrentes, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento, por si detetados, nos termos previstos nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 50.º do CCP, bem assim como deve, o órgão competente para a decisão de contratar, identificar os respetivos termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites, de acordo com o n.º 6 do mesmo artigo 50.º.

4.2. A lista de erros e omissões referida, deve ser apresentada pelos concorrentes, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos

termos do n.º 1 do artigo 50.º do CCP, através da plataforma eletrónica referida no ponto 1.1.1. supra.

- 4.3.** A pronúncia quanto aos termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, deve ser publicitada através da plataforma eletrónica acima identificada, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos da alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP, considerando-se rejeitados todos os erros e omissões que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 4.4.** Ao que não esteja expressamente regulado no presente ponto, aplicar-se-á o regime jurídico constante do artigo 50.º e do artigo 64.º, ambos do CCP.

5. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE PROPOSTAS

- 5.1.** O júri pode pedir aos concorrentes, quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, com as consequências descritas no n.º 2 do artigo 72.º do CCP.
- 5.2.** O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, procedam ao suprimento das irregularidades formais das suas propostas que careçam de suprimento, em cumprimento e nos termos precisos do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.
- 5.3.** O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculos contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido, ao abrigo do n.º 4 do artigo 72.º do CCP.

6. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 6.1.** A adjudicação será realizada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator, configurando o preço o único aspeto da execução do contrato a celebrar submetido à concorrência, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

- 6.2.** A adjudicação será feita ao concorrente que apresente o preço global mais baixo.
- 6.3.** Em caso de empate na avaliação das propostas, será efetuado um sorteio na plataforma eletrónica identificada no ponto 1.1.1., nos termos e na data e hora a definir pelo júri, os quais serão notificados aos concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

7. RELATÓRIO PRELIMINAR DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Após a análise das propostas e a aplicação às mesmas do critério de adjudicação supra, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual propõe (i) a ordenação das propostas, conforme dispõe o n.º 1 do artigo 122.º do CCP, (ii) a exclusão das propostas, nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 146.º do CCP, aplicado por remissão do n.º 2 do artigo 122.º do CCP, devendo, também, fazer referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, se aplicável, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo 122.º do CCP.

8. AUDIÊNCIA PRÉVIA

Elaborado o relatório preliminar referido no ponto anterior, o júri, de acordo com a redação conferida pelo artigo 123.º do CCP, envia-o a todos os concorrentes, através da plataforma eletrónica supra, fixando-lhes um prazo de 3 (três) dias úteis para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.

9. RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS

- 9.1.** Cumprido o disposto no ponto anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado ao abrigo do artigo 124.º do CCP, no qual pondera, se aplicável, as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer um dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

- 9.2.** No caso previsto na parte final do ponto anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a uma nova audiência prévia, nos termos previstos no ponto anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no ponto 9.1.
- 9.3.** O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo do procedimento, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
- 9.4.** Compete ao CA, ou ao Membro do CA da AMT ou Dirigente com poderes delegados/subdelegados em razão da matéria, decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

10. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E HABILITAÇÃO

- 10.1.** Todos os concorrentes são notificados, em simultâneo, através da plataforma eletrónica identificada no ponto 1.1.1., da decisão de adjudicação e da disponibilização do relatório final indicado no ponto anterior.
- 10.2.** Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a AMT notificará o adjudicatário para:
- a)** Apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, os documentos de habilitação descritos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
 - b)** Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c)** Pronunciar-se sobre a minuta do contrato, considerando-se esta aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias úteis subsequentes à respetiva notificação;
 - d)** Identificar os representantes do adjudicatário na assinatura do contrato e indicação da qualidade e poderes em que o outorgam, com cópias das certidões comerciais das sociedades ou das procurações, se for o caso.

10.3. Caso se detete alguma(s) irregularidade(s) nos documentos apresentados, será concedido ao adjudicatário um prazo de 3 (três) dias úteis para a supressão das mesmas, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

10.4. No caso de o adjudicatário ser um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, devendo apresentar, até à data de assinatura do contrato, os seguintes documentos:

- a) Cópia do contrato de consórcio, devendo este indicar a percentagem de participação de cada um dos elementos do consórcio e a indicação do respetivo líder do consórcio;
- b) Procuração outorgada por todos os membros do consórcio no seu líder, com poderes para este proceder à faturação de todos os trabalhos executados, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações da entidade adjudicante, ou seu representante, respeitantes ao contrato celebrado.

10.5. Não haverá lugar à prestação de caução, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

10.6. No cumprimento do disposto nos artigos 94.º e 104.º do CCP, a AMT comunicará o prazo para outorga e remessa do contrato a celebrar.

11. NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

11.1. As notificações e as comunicações efetuadas seguem o regime previsto no CCP e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

11.2. Para este efeito, o endereço eletrónico a utilizar é o indicado em 1.1.1.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. No presente procedimento não haverá lugar à realização de um leilão eletrónico, nem à apresentação de propostas variantes, nem haverá fase de negociação

das propostas.

- 12.2.** Em tudo o omissso no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP, no Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.